

GÁS DE ALAGOAS S/A – ALGÁS

CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA

Em conformidade com o art. 8º, inciso I e VIII, da Lei 13.303, de 30 de junho de 2016, o Conselho de Administração subscreve a presente Carta Anual sobre Políticas Públicas e Governança Corporativa referente ao exercício social de 2017.

IDENTIFICAÇÃO GERAL

CNPJ: 69983484/000132 NIRE 27300002427

Sede: Maceió/AL

Tipo de estatal: Sociedade de Economia Mista

Acionista controlador: Estado de Alagoas

Tipo societário: sociedade anônima.

Tipo de capital: fechado

Abrangência de atuação: Estadual

Setor de atuação: Distribuição de Gás canalizado

Diretor Presidente: Arnóbio Cavalcanti Filho. Email: arnobio.cavalcanti@algas.com.br.

Telefone: (82) 3218-7767

Auditores Independentes atuais da empresa: UHY MOREIRA AUDITORES, (55) 32108000, Email: ltarasiuk@auditoria.srv.br; site: www.uhy.com.br

Conselheiros de Administração subscritores da Carta Anual de Políticas Públicas:

ACIONISTA	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO			
	MEMBROS		MANDATO	
	TITULAR	SUPLENTE	INÍCIO	FIM
ESTADO DE ALAGOAS	TITULAR	HELDER GONÇALVES LIMA	25/10/2017	24/04/2020
	SUPLENTE	ANDREY MELLO CAVALCANTE GAMELEIRA	25/10/2017	24/04/2020
	TITULAR	FÁBIO LUIZ ARAÚJO LOPES DE FARIAS	25/10/2017	24/04/2020
	SUPLENTE	VAGO	-	-
	TITULAR	GEORGE ANDRÉ PALERMO SANTORO	25/10/2017	24/04/2020
	SUPLENTE	VAGO	-	-
GASPETRO	TITULAR	GABRIELA DAMASCENO DUARTE	25/04/2017	24/04/2020
	SUPLENTE	VAGO	-	-
MITSUI GÁS	TITULAR	RICARDO ANTONIO CAVALCANTI ARAÚJO	25/04/2017	24/04/2020
	SUPLENTE	RAIMUNDO BARRETTO BASTOS	25/04/2017	24/04/2020

Administradores subscritores da Carta Anual de Governança Corporativa:

Diretoria Executiva	Arnóbio Cavalcanti Filho Diretor Presidente	Estado de Alagoas
	Flávio Borges Barros Diretor Técnico Comercial	GASPETRO
	Luciano Kulka Ribas Diretor Administrativo Financeiro	Mitsui Gás

POLÍTICAS PÚBLICAS

A Lei 13.303/16, em seu art. 8º, inciso I, exige a elaboração de “carta anual, subscrita pelos membros do Conselho de Administração, com a explicitação dos compromissos de consecução de objetivos de políticas públicas pela empresa pública, pela sociedade de economia mista e por suas subsidiárias, em atendimento ao interesse coletivo ou ao imperativo de segurança nacional que justificou a autorização para suas respectivas criações, com definição clara dos recursos a serem empregados para esse fim, bem como dos impactos econômico-financeiros da consecução desses objetivos, mensuráveis por meio de indicadores objetivos”.

Essas informações estão detalhadas a seguir:

1. Interesse público subjacente às atividades empresariais:

Alguns serviços e atividades são entendidos como essenciais, pois estão diretamente ligados às necessidades básicas da coletividade e suprem o interesse público.

Neste sentido, a Constituição Federal, em seu artigo 25, §2º, atribuiu aos Estados a competência para a prestação dos serviços locais de gás canalizado, tendo o Estado de Alagoas, mediante a Lei Estadual nº 5.408/92, criado a Companhia Gás de Alagoas S/A - ALGÁS, cujo Artigo 1º tem a seguinte redação:

“Fica o poder EXECUTIVO autorizado a promover a constituição da sociedade de economia mista, sob a denominação GÁS DE ALAGOAS S/A – ALGÁS, - cujo objeto social será a exploração, com exclusividade de distribuição a todos os segmentos do mercado, dos serviços de gás canalizado, observadas, caso a caso, as condições de viabilidade econômica.

Parágrafo Único - Cumprirá, ainda, à Companhia, objetivando a consecução de sua finalidade, implantar e operar, no território estadual, redes de distribuição e estações de armazenamento e regulagem, bem como adquirir gás natural ou

produzir gás combustível a partir de diferentes matérias-primas, respeitada a legislação federal pertinente.”

O Estatuto Social da Companhia reflete em seu Artigo 3º o propósito de criação da empresa, conforme segue:

“A Companhia tem por objeto social: promover a produção, aquisição, armazenamento, distribuição e comercialização de gás e a prestação de serviços correlatos, observada a Legislação Federal pertinente, os critérios econômicos de viabilização dos investimentos, o desenvolvimento econômico e social, os avanços técnicos e a integração do gás na matriz energética do Estado”.

Além da atribuição conferida pela Constituição Federal, a natureza de essencialidade conferida aos serviços locais de gás canalizado é reforçada pelas disposições do inciso I, do artigo 10, da Lei nº 7.783/89, abaixo reproduzidas, segundo as quais os serviços de distribuição de gás canalizado fazem parte do rol de serviços/atividades considerados essenciais pelo legislador:

“Art. 10 - São considerados serviços ou atividades essenciais:

I - tratamento e abastecimento de água; produção e distribuição de energia elétrica, gás e combustíveis; “

2. Políticas públicas:

Em atendimento ao propósito de criação da Companhia de promover a distribuição e comercialização de gás e prestar serviços correlatos, proporcionando o desenvolvimento econômico e social e a integração do gás na matriz energética, a ALGÁS deu continuidade ao seu programa de investimentos com à construção e montagem da Rede de Distribuição de Gás Natural (RDGN) dos Projetos Penedo – Arapiraca, com 66 km de extensão e capacidade para disponibilizar 340 mil m³/dia e Pilar – Marechal Deodoro, com 14 km de extensão e capacidade para disponibilizar um milhão m³/dia. Adicionalmente, no Projeto Penedo – Arapiraca já foi finalizada a construção e montagem do gasoduto referente aos trechos I, II, III e parte do último trecho (aproximadamente 60 km o que equivale a 91,0% do total), tendo como previsão para o início de operação o primeiro trimestre de 2018. Quanto ao Projeto Pilar – Marechal Deodoro as obras de construção e montagem atingiram aproximadamente 9 Km que corresponde a 64,0% do total e tem previsão para início de operação no quarto trimestre de 2018. Além desses, foram executados os projetos de expansão de rede de distribuição em Polietileno de Alta Densidade (PEAD) com o objetivo de ampliar o adensamento na cidade de Maceió, onde a ALGÁS atingiu, até o final de 2017, a marca de 290 km e cerca de 80,0% de cobertura dos bairros dessa cidade.

Esses projetos objetivam a expansão dos serviços de gás canalizado e a segurança energética aos seus usuários, ampliando as fronteiras geográficas do gás natural e assim garantindo a disponibilidade desse energético importante para o desenvolvimento de Alagoas.

3. Metas relativas ao desenvolvimento de atividades que atendam aos objetivos de políticas públicas:

As metas Corporativas possuem o objetivo de proporcionar o alinhamento dos recursos da Companhia à sua estratégia, por meio da comunicação das mesmas à força de trabalho e pela vinculação do atingimento das metas ao Programa de Participação nos Resultados pelos Empregados e do Programa de Participação nos Lucros pelos Diretores.

Para o ano de 2018, as metas corporativas da Companhia propostas pela Diretoria Executiva e aprovadas pelo Conselho de Administração, alinhadas à estratégia da Companhia representada pelo seu mapa estratégico e ao atingimento do objetivo de políticas públicas, conforme explicitado no quadro abaixo:

Meta			Peso	Perspectiva	Objetivo Estratégico
1	Margem de Contribuição Bruta (Milhões de R\$)	70,5 milhões de reais	25%	Financeira	Garantir os níveis de remuneração da Companhia de acordo com as regras de concessão.
2	Custeio (Milhões de R\$)	32,3 milhões de reais	25%	Financeira	Realizar o Custeio assegurando o nível de remuneração regulatório e competitivo
3	Investimento (Milhões de R\$)	19,9 milhões de reais	25%	Financeira	Realizar o Investimento assegurando o nível de remuneração regulatório e competitivo
4	Extensão de Rede km	513 km	25%	Infraestrutura	Modernizar e expandir a rede de distribuição

4. Recursos para custeio das políticas públicas:

Os recursos da Companhia são oriundos de sua própria atividade operacional, não existindo nenhuma forma de repasse de verba pública.

5. Impactos econômico-financeiros da operacionalização das políticas públicas

Conforme preconiza a lei de criação da empresa, em referência à viabilidade econômica dos investimentos, o Contrato de Concessão assinado em 17 de Setembro de 1993, estabelece que a Companhia promoverá, **a seu encargo exclusivo**, todas e

quaisquer obras, instalação de canalizações, redes e equipamentos, nas áreas cujos estudos de viabilidade econômica justifiquem a rentabilidade dos investimentos realizados, segundo taxa de retorno anual prevista no próprio contrato, considerando os critérios de depreciação estabelecido no referido Contrato, garantindo sempre a segurança e a justa retribuição do capital investido.

Assim, para atender aos objetivos de políticas públicas, a ALGÁS prevê, no horizonte dos próximos 5 anos, a realização de investimentos totais de aproximadamente R\$ 50 milhões, com a construção de 57 km de gasodutos, que somados aos dutos já existentes, resultarão numa rede de distribuição de gás natural de cerca de 570 km de extensão.

6. Comentários dos administradores:

O desempenho da Companhia em relação aos avanços para consecução dos objetivos de políticas públicas podem ser constatados pelos seguintes resultados alcançados em 2017:

- a) Construção e montagem da Rede de Distribuição de Gás Natural (RDGN) dos Projetos Penedo – Arapiraca, com 66 km de extensão e capacidade para disponibilizar 340 mil m³/dia e Pilar – Marechal Deodoro, com 14 km de extensão e capacidade para disponibilizar um milhão m³/dia, proporcionando a oferta de gás natural ao segundo município do estado;
- b) Ligação de 3.814 novas unidades, com crescimento de 8,5%, confirmado a ampliação da presença da Companhia junto ao mercado alagoano, com o consequente cumprimento do seu papel de Concessionária prestadora dos serviços públicos de distribuição de gás canalizado.

A primeira meta proposta para o exercício de 2018, conforme quadro acima, é a **Margem de Contribuição** que visa garantir a remuneração da companhia e a disponibilização de recursos necessários para aquelas metas que serão percebidas diretamente pela sociedade como a ampliação da infraestrutura de redes de gás natural no Estado, representada pelas metas de **Investimentos e Extensão de Redes**. A sociedade perceberá também a eficiência na gestão de recursos da Companhia através de uma gestão equilibrada do **Custeio** operacional da empresa, outra meta corporativa mensurada no quadro constante do item 3. Para todas as metas propostas para 2018, a Companhia prioriza o seu cumprimento dentro dos valores planejados de acordo com as métricas informadas.

7. Estruturas de controles internos e gerenciamento de riscos:

A Companhia possui um processo estruturado para a Gestão de Riscos definido em instrumentos normativos próprios e adota como referencial nessa estruturação a NBR-ISO 31.000:2009. Este novo processo teve sua implantação iniciada em 2016 com a definição da Política de Gestão de Riscos e sua aprovação pelo Conselho de Administração. Nesse ano também houve a capacitação dos gestores nos conceitos e prática de mapeamento de riscos. Ao longo de 2017, todas as áreas da Companhia

atuaram na identificação, análise, avaliação e proposição de ações para tratamento dos riscos inerentes às suas atividades.

O contexto para a Gestão de Riscos da Companhia está explicitado no Mapa Estratégico da empresa em que são destacados seus objetivos estratégicos.

O Mapa Estratégico é oriundo da formulação das estratégias da Companhia em que, a partir da leitura e análise do ambiente externo, macro, e do ambiente interno são definidos os objetivos estratégicos contemplando seis dimensões: Pessoas e Aprendizado; Processos Internos; Infraestrutura; Cliente; Sociedade; Financeira.

Os riscos empresariais são identificados, analisados, avaliados, tratados e monitorados conforme procedimento específico, em cumprimento à Política de Gestão de Riscos da Companhia devidamente formalizada e comunicada às partes interessadas pertinentes.

A Magnitude dos riscos é, então, avaliada com base na expectativa da Probabilidade de sua ocorrência e na intensidade das Consequências de acordo com a Matriz de Priorização de Riscos contemplando impactos de Risco Intenso; Risco Relevante; Risco Moderado; Risco Inesperado; Risco Tolerável e Risco Insignificante.

Após a determinação da magnitude do risco, é determinado o tratamento dos riscos e as devidas medidas de controle, ações que visem prevenir ou mitigar o risco.

Conforme exposto, o primeiro ciclo de mapeamento de riscos com esta metodologia foi concluído em dezembro de 2017. Para o exercício de 2018 a Companhia está atuando na definição das respostas aos riscos identificados ante às propostas de tratamento dos riscos.

De forma a zelar pela transparência, completude e exatidão dos seus atos societários perante toda a comunidade, ALGÁS possui um portal da transparência, em cumprimento aos ditames da Lei Federal de Acesso à Informação, onde são disponibilizadas informações gerais sobre a Companhia, suas receitas e despesas, contratos e convênios em andamento, empregados alocados na Instituição, relatórios financeiros, instituições apoiadas, dentre outras informações.

Nesta mesma linha, no mês de fevereiro do corrente ano, foi implantada a OUVIDORIA da ALGÁS, ou "canal de denúncias", um portal de comunicação por meio do qual a Companhia recebe e trata manifestações relacionadas à sua atuação, tanto do público interno como externo, com confidencialidade, independência e isenção. Observa-se que o canal de denúncias ora instituído é mensalmente acompanhado pela Controladoria Geral do Estado – CGE por meio de relatórios estatísticos enviado pela Companhia àquele órgão de Controle.

8. Fatores de Risco:

Todos os riscos identificados na empresa são organizados conforme sua tipologia e magnitude, conforme descrito no item anterior, e passam a ser monitorados e tratados. Aqueles em que é evidenciada maior exposição, e vulnerabilidade, são avaliados com maior frequência e para estes são elaboradas recomendações e planos de ação que visam a sua mitigação.

Anualmente, os fatores de riscos definidos como mais relevantes para a empresa são também relatados no Plano de Negócios e Estratégia de Longo Prazo e são agrupados basicamente em:

- **Estratégico e de Mercado** – Refere-se às metas no nível mais elevado. Alinhama-se e fornecem apoio à missão da Companhia.
- **Compliance** – Fundamenta-se no cumprimento das leis e dos regulamentos relacionados com as práticas de gestão da Companhia, envolvendo práticas comerciais, financeiras, proteção do consumidor, proteção de dados, taxas e impostos, entre outros.
- **Regulatório** – Fundamenta-se no impacto de alterações na regulação das atividades inerentes ao setor de atuação da Companhia e ações de órgãos reguladores, seja em âmbito nacional ou local, introdução de novos regulamentos, distorções de interpretação e aplicação desses normativos e, até, lacunas de regulação, no todo ou em parte, na cadeia produtiva da indústria do gás natural.
- **Imagen** – Relacionados a reputação, comunicação e à repercussão pública da imagem e a confiabilidade dos relatórios da Companhia na relação com as partes interessadas.
- **SMS - Segurança, Meio Ambiente e Saúde Ocupacional** – Relacionado à segurança no trabalho, impactos ao meio ambiente e saúde ocupacional.
- **Operacional** – Refere-se à realização das atividades inerentes à execução dos processos em todas as áreas da Companhia, com a utilização eficaz e eficiente dos recursos humanos, financeiros, estruturais (instalações, equipamentos e sistemas) e informacionais.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Lei 13.303/16, em seu art. 8º, incisos III e VIII, exige a elaboração de “carta anual de governança corporativa, que consolide em um único documento escrito (...) informações relevantes, em especial as relativas a atividades desenvolvidas, estrutura de controle, fatores de risco, dados econômico-financeiros, comentários dos administradores sobre o desempenho, políticas e práticas de governança corporativa e descrição da composição e da remuneração da administração”.

Essas informações estão detalhadas a seguir:

1. Atividades desenvolvidas

A atividade principal da Companhia, conforme determinado no seu Estatuto Social tem como objetivo promover a produção, aquisição, armazenamento, distribuição e comercialização de gás e a prestação de serviços correlatos. Desta forma, conforme determina a cláusula primeira, item 1 do Contrato de Concessão, cabe à ALGÁS os direitos de exploração dos serviços de distribuição de gás em todo o Estado de Alagoas, por meio de canalizações, a todo e qualquer consumidor, ou segmentos industrial, comercial, veicular e residencial, para toda e qualquer utilização ou

finalidade. No exercício de 2017, nossa Receita Líquida foi de R\$/mil 261.309, enquanto nosso Lucro Líquido foi de R\$/mil 27.560.

Ao se analisar a receita líquida por segmento, verifica-se que a Companhia realizou, em (mil reais por período), a seguinte receita:

REALIZADO EM 2017	
RECEITA (MIL REAIS POR PERÍODO)	TOTAL MIL R\$
1. SEGMENTO INDUSTRIAL	209.962,86
2. SEGMENTO VEICULAR	31.625,87
3. SEGMENTO RESIDENCIAL	11.248,06
4. SEGMENTO COMERCIAL	8.430,25
TOTAL: (MIL R\$ POR PERÍODO)	261.267,04
5. RECEITA DE SERVIÇOS	42,00
TOTAL GERAL (MIL R\$ POR PERÍODO)	261.309,04

2. Estrutura de controles internos e gerenciamento de risco

A Companhia possui um processo estruturado para a Gestão de Riscos definido em instrumentos normativos próprios e adota como referencial nessa estruturação a NBR-ISO 31.000:2009, conforme abordado em sua Carta Anual de Políticas Públicas de 2018.

A Companhia tem vigente a Política de Gestão de Riscos, tendo implementado a capacitação dos gestores nos conceitos e prática de mapeamento de riscos, sendo que ao longo de 2017 todas as áreas da Companhia atuaram na identificação, análise, avaliação e proposição de ações para tratamento dos riscos inerentes às suas atividades.

As atividades relativas ao gerenciamento de riscos serão desenvolvidas pela Gerência de Planejamento e Gestão Estratégica, vinculada à Diretoria da Presidência e liderada pelo próprio Diretor Presidente na condição de Diretor Estatutário, devendo o Regimento Interno da Companhia ser revisado até junho de 2018 para adequar as citadas atividades em consonância com a exigência constante do inciso II do Art. 9º da Lei nº 13.303/2016.

3. Fatores de risco

Os fatores de riscos identificados como mais relevantes conforme indicado na Carta Anual de Políticas Públicas são:

- Estratégico e de Mercado** – Refere-se às metas no nível mais elevado. Alinhama-se e fornecem apoio à missão da Companhia.
- Compliance** – Fundamenta-se no cumprimento das leis e dos regulamentos relacionados com as práticas de gestão da Companhia, envolvendo práticas

comerciais, financeiras, proteção do consumidor, proteção de dados, taxas e impostos, entre outros.

- **Regulatório** – Fundamenta-se no impacto de alterações na regulação das atividades inerentes ao setor de atuação da Companhia e ações de órgãos reguladores, seja em âmbito nacional ou local, introdução de novos regulamentos, distorções de interpretação e aplicação desses normativos e, até, lacunas de regulação, no todo ou em parte, na cadeia produtiva da indústria do gás natural.
- **Imagen** – Relacionados a reputação, comunicação e à repercussão pública da imagem e a confiabilidade dos relatórios da Companhia na relação com as partes interessadas.
- **SMS** - Segurança, Meio Ambiente e Saúde Ocupacional – Relacionado à segurança no trabalho, impactos ao meio ambiente e saúde ocupacional.
- **Operacional** – Refere-se à realização das atividades inerentes à execução dos processos em todas as áreas da Companhia, com a utilização eficaz e eficiente dos recursos humanos, financeiros, estruturais (instalações, equipamentos e sistemas) e informacionais.

4. Dados econômico-financeiros e comentários sobre o desempenho

No ano de 2017, a Companhia atingiu um grau de realização das metas corporativas de 91,5%, dentro das seis metas corporativas propostas para o ano em referência. Como a Companhia utiliza-se de recursos próprios para sua operacionalização, essas metas passam pelo atingimento da **Margem de Contribuição**, um dos objetivos estratégicos onde a companhia obteve um grau de realização de 96% do que fora planejado para o exercício. A **Interligação de novos clientes** atingiu 85,6% do previsto, em função da postergação de entregas de empreendimentos residenciais por parte das construtoras, evidenciando o cenário desafiador que vem enfrentando a indústria da construção civil ao longo dos últimos anos. Outros objetivos relacionados com o propósito organizacional, como a execução de projetos de expansão de redes, tiveram desempenho acima do previsto com destaque positivo para o projeto de **Penedo-Arapiraca**, onde o grau de atingimento superou as expectativas em 17,8% enquanto que a expansão de redes urbanas, chamado de **Saturação PEAD**, ficou 3,3% acima do planejado. Uma das metas de 2017 relativa à confiabilidade do fornecimento de gás para o maior polo industrial do Estado, o projeto **Pilar-Marechal**, teve uma realização de 43,4% do seu total, devido à problemas com a execução da obra por parte da empreiteira contratada, o que demandará uma nova licitação para a conclusão da obra em 2018. Um destaque positivo foi a realização do **Custeio Operacional** da empresa, que ficou em 93% do planejado para o exercício.

O grau de realização das metas corporativas de 2017 vinculou à distribuição de remuneração variável no valor de R\$ 1.048.012,57 (um milhão, quarenta e oito mil, doze reais e cinquenta e sete centavos) para pagamento a título de Participação nos Lucros e nos Resultados, sendo, aos empregados R\$ 977.234,88 (novecentos e setenta e sete mil, duzentos e trinta e quatro reais, oitenta e oito centavos) a título de

Participação nos Resultados (PR) e aos Diretores R\$ 70.777,69 (setenta mil, setecentos e setenta e sete reais, sessenta e nove centavos).

5. Políticas e práticas de governança corporativa

A estrutura de governança da Companhia é composta por:

- um Conselho de Administração, constituído por 05 (cinco) Conselheiros, sendo 3 (três) indicados pelo acionista majoritário e 2 (dois) indicados pelos outros acionistas;
- uma Diretoria Executiva, constituída por 03 Diretores, sendo o Diretor Presidente indicado pelo acionista majoritário; o Diretor Técnico e Comercial indicado pelo acionista GASPETRO e o Diretor Administrativo e Financeiro indicado pelo acionista MITSUI GÁS.

A ALGÁS possui o Código de Ética e Conduta, o qual apresenta um conjunto de regras e atitudes desejadas, que tem o objetivo de nortear as ações, o comportamento e a conduta ética de todos que, indistintamente, participam da ALGÁS.

O manual de ética define regras e condutas relativas ao relacionamento com a Companhia, nas relações com fornecedores, nas relações com os clientes, nas relações com a sociedade e com o meio ambiente, sobre a preservação e o sigilo das informações, define situações que configuram falta grave e as penalidades pelo não cumprimento, além de estimular constantemente o combate à corrupção, em qualquer de suas formas.

É importante destacar que o Estatuto e o Acordo de Acionistas estabelecem regras de governança que visam proteger a Companhia do interesse isolado de qualquer dos acionistas ante aos objetivos da Empresa. A implantação integral dos requisitos da Lei 13.303/2016 a partir de 01 de julho de 2018 amplia essa segurança.

6. Descrição da composição e da remuneração da administração

De forma individualizada, no tocante ao valor da remuneração dos Administradores e dos membros do Conselho Fiscal, com a inclusão dos valores sobre participação nos lucros dos Diretores, temos a seguinte remuneração para os membros da Diretoria Executiva, membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal:

Descrição	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Executiva
Nº Total de Membros Efetivos	5	5	3
Nº Total de Membros Suplentes	5	5	-
Nº Total de Membros Remunerados	5	5	3
Remuneração Fixa Anual	295.243,20	221.432,40	1.137.153,71
Descrição das verbas que integram a Remuneração Fixa segundo aprovação da Assembleia Geral de Acionistas	Remuneração	Remuneração	Remuneração, acrescida de Licença anual remunerada acrescida de 2/3, Gratificação Natalina, INSS e FGTS.
Benefícios	Nada a informar	Nada a informar	90.783,00
Descrição dos benefícios segundo aprovação da Assembleia Geral de Acionistas	Nada a informar	Nada a informar	Assistência médica, Assistência odontológica, Auxílio alimentação, Previdência complementar e Seguro de vida.
Remuneração Variável - Participação nos Lucros	Nada a informar	Nada a informar	70.777,69
Total da Remuneração Anual	295.243,20	221.432,40	1.298.714,40

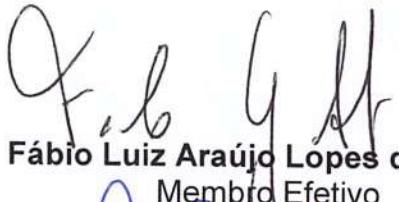
MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Gás de Alagoas S/A – ALGÁS declara que aprovou nesta data a Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, referente ao exercício de 2017, em conformidade com o inciso V do art. 8 da Lei nº 13.303, de 30.06.16.

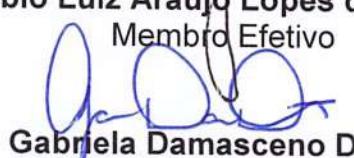
Em 13 de março de 2018.



Helder Gonçalves Lima
Presidente do Conselho



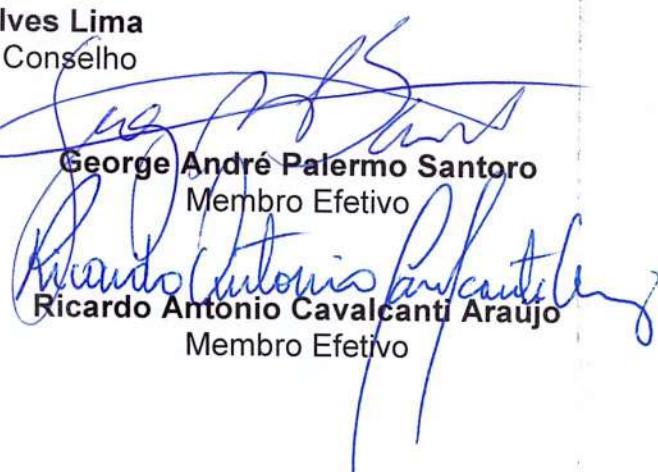
Fábio Luiz Araújo Lopes de Farias
Membro Efetivo



Gabriela Damasceno Duarte
Vice - Presidente do Conselho



George André Palermo Santoro
Membro Efetivo



Ricardo Antônio Cavalcanti Araujo
Membro Efetivo